

A TEOLOGIA DO DOMÍNIO E ALGUNS DOS SEUS DESDOBRAMENTOS PSICOLÓGICOS, SOCIAIS E POLÍTICOS NO BRASIL

Dominion theology and some of its psychological, social and political developments in Brazil

Renata Gomes de Medeiros

José Henrique Lobato Vianna

RESUMO: Este trabalho se propõe a analisar, no atual contexto brasileiro, os fundamentos da ação política e social de grupos evangélicos, com o intuito de compreendermos por que parte significativa das igrejas cristãs protestantes se aliou ao governo de Jair Bolsonaro, promovendo os princípios da chamada Teologia do Domínio. Essa teologia tem por objetivo a reconstrução do país mediante uma ampla intervenção na sociedade. Artes, política, educação, família etc, não há campos estranhos ao projeto desses religiosos. Essa teologia tem um plano de poder e seus defensores desejam o retorno de regimes autoritários e castradores das liberdades, apresentando pautas e estabelecendo regras, sem contestações. Uma das estratégias usadas por esses grupos é a apropriação da fé cristã em prol de instrumentalizar sua ideologia, atribuindo poderes ilimitados a pastores, como autoridades sacramentais capazes de apontar como se deve agir, se comportar e em quem votar, assegurando, assim, sua perpetuação em posições de poder. Surge a hipótese da escolha de um líder autoritário que reflete o desejo de poder das massas, muito mais do que a busca por um líder capacitado com atribuições para ocupar a posição de chefe de Estado. É importante refletir sobre as patogenias que uma religiosidade rígida, intolerante, inflexível e excludente é capaz de produzir no outro. As marcas dessa exclusão são extremamente dolorosas e difíceis de serem ressignificadas por aqueles que sofrem.

Palavras-chave: Teologia do Domínio. Poder. Ideologia. Religião.

ABSTRACT: This work intends to analyze, in the current Brazilian context, the foundations of political and social action of evangelical denominations, in order to understand why a significant part of the Protestant Christian churches allied with the Bolsonaro government, promoting the principles of the so-called Domain Theology. This theology aims the reconstruction of the country through a broad intervention in society. Arts, politics, education, family etc., several segments of society seem to be embraced by that religious group. This theology has a power plan and its supporters envision the return of authoritarian, castrating and freedom-restricting regimes, presenting guidelines and rules, without questionings. One of the strategies used by these groups is the appropriation of the Christian faith in order to instrumentalize their ideology, attributing unlimited powers to pastors, as sacramental authorities capable of pointing out how to act, behave and who to vote for, thus ensuring their perpetuation in positions of power. It arises the hypothesis that choosing an authoritarian leader reflects the desire for power of the masses, much more than the search for a capable one with competencies for being a head of state. It is importante to reflect on the pathogens resulting

from a rigid, intolerant, inflexible and excluding religiosity. The effects of this exclusion are extremely painful and very difficult to be resignified by those who suffer.

Keywords: Domain Theology. Power. Ideology. Religion.

1. INTRODUÇÃO

Esse esclarecimento não exige nada mais do que a liberdade; e mesmo a mais inofensiva de todas as liberdades, isto é, a de fazer um uso público de sua razão em todos os domínios. Mas ouço clamar de todas as partes: não raciocinai! O oficial diz: não raciocinai, mas fazei o exercício! O conselheiro de finanças: não raciocinai, mas pagai! O padre: não raciocinai, mas crede!...Em toda parte só se vê limitação da liberdade. (KANT, 1783).

A escolha deste tema relaciona-se com o interesse no crescente posicionamento que determinados líderes religiosos, de base cristã protestante, vêm apresentando nas últimas décadas, principalmente de 2018 até o presente momento, naquilo que perpassa a política nacional, onde surgem discursos marcadamente limitadores de costumes, bem como de diretrizes de ações, tentando assim problematizar, por exemplo, políticas públicas a partir do viés moral. Tais representantes se apresentam, por vezes, como vozes inquestionáveis desses segmentos, em lugares de destaque, onde devem ser ouvidos e seguidos por fiéis que buscam uma vida de prosperidade e realização espiritual. Percebe-se que determinadas igrejas neopentecostais¹ enunciam propostas ou reflexões enviesadas a partir da Bíblia, baseadas em interpretações literais ou mesmo falsificadoras do livro sagrado do cristianismo. Podemos apontar aqui, como exemplo, determinadas atitudes de líderes, tais como aqueles da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Igreja Renascer em Cristo, Igreja Mundial do Poder de Deus, Igreja Batista da Lagoinha e tantos outros que especulam sobre morais e costumes individuais e coletivos como devendo ser guiados pelo ideário religioso, especialmente o que advém do discurso de cunho cristão protestante/evangélico ao qual estão absorvidos e guiados.

Cabe aqui reflexão sobre determinados pontos onde estas narrativas se tornam mais prementes e ganham vultos maiores a partir de projeções nos meios de comunicação, dentre

1 O termo “pentecostal” foi criado para identificar aqueles que integram o movimento protestante fundado no início do século XX nos EUA, cuja base bíblica vem do livro “Atos dos apóstolos”, que narra o fenômeno ocorrido no dia de Pentecostes (batismo com fogo). “Neopentecostais” é um termo empregado para caracterizar grupos que surgiram a partir da década de 1960 que articulam a crença no poder do Espírito Santo com valores da Teologia da Prosperidade e que teriam uma moral mais flexível. (MACHADO, 2006, p.9).

outras coisas. Certos noticiários têm veiculado, por exemplo, suspeitas de envolvimento das três primeiras igrejas citadas acima na exploração da fé de seus fiéis. Porém, não somente essas denominações se viram envolvidas em situações embaraçosas, mas também outras de raiz protestante, intituladas históricas, como a Igreja Batista e a Igreja Metodista, que também protagonizaram “escândalos midiáticos” envolvendo líderes e membros, nos quais se especulou e se aventou acerca de pedidos de propinas, lavagem de dinheiro etc.

Meu interesse por esse tema nasce de inquietações pessoais, por ser evangélica, ou seja, da experiência de ter sido criada, desde a infância, na igreja e por estar observando “novos costumes” que, cada vez mais, afloram no cotidiano. Portanto, entendo que minhas implicações com o tema tomam um vulto distinto, ciente de que a neutralidade é mais uma construção ideológica que toma corpos e mentes determinando seus afetos, tento a partir destas reflexões problematizar o quanto do discurso ideológico de base religiosa alicerça crenças, inclusive às de ordem político partidária.

O povo brasileiro se percebe fazendo parte de um território vivencial de emoções, onde se conglomera muitas “fés” e tradições. Na vivência acadêmica em Psicologia, somos levados a percorrer muitos lugares onde o comportamento humano será sempre a mola propulsora do conhecimento e o objeto a ser estudado. Como falar de religiosidades nesta esfera? Há espaço para se discutir sobre afirmações ou mesmo induções de determinados costumes que vão além do campo da fé, uma vez que partem de ideologias de propagação da discriminação e da intolerância? Esses princípios, postos na sociedade, contribuem para o bom convívio e o respeito ao próximo? Discursos onde predomina o ideário do sagrado e da transcendência podem ser apresentados nas salas de aula como material de reflexão e entendimento das subjetividades?

Ao lermos o texto de Coimbra e Nascimento (2018), onde as autoras nos levam para o campo da análise das implicações, nos conscientizamos da importância do “*fazer ver e fazer falar*”. Para que haja produção de potência de vida. Em todo o território em que nos dispomos a atuar, faz-se necessário, primeiramente, saber ouvir as demandas dos atores desse território, se não quisermos reproduzir a violência das forças econômicas que transformaram a vida em mercadoria, em mero objeto. Na vida e na clínica muitas vezes nos sentiremos tentados a pular etapas, correndo contra o tempo e, com isso, desumanizando pessoas que já estão desumanizadas por imposições políticas, religiosas e econômicas, muitas delas imanentes ao

capitalismo. Portanto, diante do regime que se impõe, “*nós que trabalhamos com a produção de subjetividade*”, necessitamos estar atentos a nossas práticas de lidar com o outro, criando espaços empáticos de uma escuta que dê lugar à fluidez de pensamentos e falas. Nossa atuação pode contribuir tanto para potencializar quanto para despotencializar. “*Fazerver e fazer falar*”, ainda que no espaço micropolítico, poderá produzir inquietações, questionamentos e desconfortos necessários para o fortalecimento do indivíduo.

Precisamos ter o entendimento de que, se a fé nos retira o direito de sermos quem somos, de poder duvidar e produzir questionamentos, ela pode ser tão castradora quanto qualquer outra força repressora, seja um tirano, o vício em drogas ou mesmo uma família. Conscientemente não se busca a fé com esse propósito. Em “O futuro de uma ilusão” (1927), Sigmund Freud afirma que criamos Deus para aplacar a inexorabilidade do desamparo humano. Se esse Deus que “criamos” nos trazer paz, alento e se fizer sentido para nós, será uma perfeita criação.

Segundo matérias veiculadas na mídia, temos visto, atualmente, cenas que beiram a incredulidade, tais como pastores usando o dinheiro público para lançar Bíblias “narcísicas” que estampam seus rostos nas páginas, pastores que andam armados, pastores envolvidos em esquemas de propina, políticos “evangélicos” suspeitos de participarem de esquemas de lavagem de dinheiro e de “rachadinhas”, “cristãos” defendendo tortura e fazendo apologia à morte de pessoas, chutando símbolos sagrados a outras concepções de fé, perseguindo minorias de sexualidades diversas, sendo racistas, defendendo ações antidemocráticas. A lista parece não ter fim, mas precisamos problematizar tais fatos. Quais afirmações estariam por trás dessas condutas? Quais seriam os ideários que marcam tais afetos?

É sabido que qualquer atividade humana está sujeita a falhas, porém, saltam aos olhos determinadas atitudes de líderes religiosos e o viés ideológico que se manifesta nessas atitudes. A dimensão de comportamentos retrógrados que observamos no presente chega a níveis inaceitáveis de incompatibilidade com o convívio em sociedade, inclusive no que se apresenta pelo ideário da fé, mas que são legitimados por princípios morais e discursos políticos supostamente libertários.

É preciso que se questione se mudanças se fazem necessárias no campo do convívio religioso, visto que as sociedades humanas muito se transformaram desde que, supostamente, o Jesus histórico esteve na Terra. Parece-me urgente problematizar as ideias, visões e percepções que justificam a rigidez religiosa, os costumes, bem como a pouca tolerância de

alguns grupos em relação a seus fiéis e, mais ainda, na postura perante indivíduos de diferentes religiões e credos. Podemos reconhecer que o Jesus bíblico possuía um discurso plural e agregador diante de todos os seres humanos?

É importante refletir, principalmente, sobre as patologias que uma religiosidade rígida, intolerante, inflexível e excludente é capaz de produzir no outro. As marcas dessa exclusão e discriminação são extremamente dolorosas e muitas vezes, dificílimas de serem ressignificadas por aqueles que sofrem.

O objetivo deste trabalho é analisar e lançar questões para compreender como e por que boa parte das igrejas cristãs de matriz protestante aliou-se ao atual governo brasileiro, sem nenhuma dúvida, alinhado à extrema-direita do espectro político. Tomaremos como base de compreensão a análise das implicações, bem como a Psicanálise, no intuito de encadeamento discursivo e dialógico entre tal temática, povoada dos valores, ditados e propagados pelo segmento religioso de base cristã/evangélica, como algo de uma política de governo que se expressa na atualidade.

Considerando-se, em perspectiva, que tais condutas apresentam posturas ideológicas complexas e que devem ter uma análise mais apurada, como a de nomear um Ministro do STF escolhido por ser “terrivelmente evangélico”, defender interesses pessoais em detrimento dos interesses público e coletivo, e, não menos importante, a perseguição de minorias (como LGBTQIA+, negros, mulheres). A defesa de políticas que freiam o acesso da maioria da população (pobre e preta) a uma educação igualitária e que promova, no conjunto da sociedade, reflexões e questionamentos. Como tais questões se apresentam no campo discursivo do segmento evangélico? De que forma, neste campo ideológico, impacta as políticas públicas quanto, por exemplo, aos cuidados em relação a doenças sexualmente transmissíveis, concepção e contracepção, e diversas questões ligadas à sexualidade dos fiéis?

Some-se a isso sucessivos desmontes das políticas de bem-estar social, dando continuidade às problemáticas reformas trabalhista e previdenciária, que atacam direitos conquistados por meio de lutas históricas. Tais posturas remetem, inclusive, ao fato de combaterem ideologias como se, em seus posicionamentos, não houvesse elementos ideológicos. Sabemos que ideologias são constitutivas de qualquer grupo social, tanto nas elaborações teóricas quanto na prática cotidiana (individuais ou coletivas).

Temos visto a Teologia do Domínio, ao qual passaremos a apresentar como TD, se apropriando da fé cristã em prol, unicamente, de instrumentalizar sua ideologia, atribuindo a pastores poderes ilimitados, fazendo deles autoridades sacramentais capazes de apontar ao crente como deve agir, como se comportar e principalmente em quem votar, com o intuito de perpetuar o poder dos líderes alinhados a tal perspectiva teológica. Estariam tais líderes próximos dos ensinamentos cristãos contidos no Novo Testamento ou estariam, ao contrário, subvertendo esses princípios a partir do ideário da TD? Estariam eles almejando o poder, a riqueza e o controle de seus seguidores que, sem questionar ou conferir nas escrituras o que lhes é dito, confiam cegamente em suas preleções ideológicas?

Para o teólogo, professor de filosofia e escritor Edjar Dias de Vasconcelos (2019), a TD é uma interpretação ou hermenêutica política da Bíblia associada à Teologia da Prosperidade, cuja identidade política e de reconstrução social afilia-se ao neoliberalismo. Nessa perspectiva o “neopentecostalismo” se constitui como base de sustentação da TD, que também se afirma com o projeto de ocupação do Estado por via eleitoral. Assim, a direita, com o apoio dos neopentecostais, alcança o poder fazendo uso da TD (VASCONCELOS, 2019). Portanto, a TD seria, em essência, a elevação de sua ideologia religiosa ultraconservadora ao status de visão de mundo dominante na sociedade.

Segundo a filósofa Marilena Chauí (1981), a ideologia dominante se apresenta, justamente, através de “*ideias ou representações que tendem a esconder dos indivíduos o modo real de suas relações e como elas foram produzidas, e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política.*” (p.21). É como se a ideologia fosse implantada de forma sorrateira, criando a ilusão de que é proveniente do povo, quando na verdade ela é produzida e determinada pelas práticas e interesses das classes dominantes. A ideologia oferece a narrativa de que o trabalhador tem uma identidade e que ele pertence a um Estado por quem é protegido e onde todos são livres e iguais. Essa lógica tem como objetivo fazer com que as ideias da classe dominante pareçam válidas para todos. Essa narrativa esconde o fato de que a sociedade é dividida entre a classe dominante, constituída pelos donos dos modos de produção (os capitalistas) - e os operários, cujo trabalho é explorado por essa classe dominante, sendo a remuneração paga ao trabalhador menor do que a devida. O excedente de salário não pago é usado para aumentar o capital do empregador.

Partindo de Karl Marx, Chauí (1981) sustenta que a única forma existente de ameaça à ideologia dos donos do capital se concretizaria se a classe economicamente explorada começasse a formular pensamentos e ideias antagônicas àquelas da classe dominante, mostrando que existe divisão social em classes e que uma explora a força de trabalho da outra. Em contrapartida, para se prevenir contra essa ameaça, a classe dominante apresenta ideias que devem ser aceitas sem contestação. Estrategicamente, a classe dos trabalhadores explorados é subdividida em braçais e os intelectuais; os últimos não percebem que são tão explorados como qualquer outro trabalhador e acreditam equivocadamente que são superiores aos primeiros. Desse modo, os trabalhadores não unem suas forças para desmascarar as mentiras e a exploração promovidas pela classe dominante. Podemos nos apoiar e aproximar tais princípios naquilo que é nosso objeto de pesquisa, ou seja, naquilo que tange o discurso do emissor e dominante (líder religioso) em relação ao que é “dominado” pelo receptor (fiel) e quais são os impactos que marcam valores e condutas.

Tais fatos se constituem naquilo que é apresentado na TD, na qual líderes religiosos estabelecem narrativas a serem seguidas e repetidas pelo coletivo religioso. Suas ideologias demarcam territórios de afetos dentro dos quais o séquito religioso deve ser domesticado com preceitos tidos como virtuosos e corretos. Os “donos do poder” usam, por meio de discursos ideológicos, diversos dispositivos sociais para disseminar seus ideais de subserviência nas instituições de maior apelo da coletividade humana, como a família, as instituições de ensino, os meios de comunicação, as religiões etc. Essas ideias são sedimentadas e constituem aquilo que parece ser a sociedade, explicando a vida social de maneira única e irrefutável. Para Chauí (1981), assim nasce a Ideologia.

A TD surge como um dispositivo religioso utilizado pelos pastores para difundir suas ideias de uma forma incontestável, uma vez que os fiéis veem, em seus líderes, pessoas “incorrupíveis”, aptas a moldar sua subjetividade e interferir em seu modo de ser no mundo, em suas escolhas, inclusive as políticas, indicando em quem devem votar. Podemos pensar que esses líderes visam o lucro e o poder? Vários desses líderes neopentecostais são adeptos também da Teologia da Prosperidade. E o que estaria por trás destes discursos?

Segundo Gallo (2011), a Teologia da Prosperidade surgiu nos Estados Unidos da América na década de 40, consolidando-se em 1970, trazendo aos pentecostais, promessas de prosperidade financeira, saúde, alívio aos sofrimentos e a derrota sobre o diabo. No Brasil, essa

teologia se desenvolveu nos anos 70 e ganhou terreno em igrejas como Renascer em Cristo, Cristo Vive, Nova Vida, Internacional da Graça, Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), dentre outras. A prosperidade financeira é especialmente muito valorizada na IURD e segundo Gallo, *“a Teologia da Prosperidade realiza uma inversão de valores, adaptando os ensinamentos bíblicos a uma narrativa correspondente à sociedade de consumo imediato, onde o sujeito poderá gozar de uma boa vida terrena.”* (GALLO, 2011, p. 754). Neste caso, a fé ganha um contorno utilitário, sendo usada para a conquista de benesses.

A TD se apropria de convicções religiosas prezadas por cristãos, o que seria um dos motivos de seu sucesso, já que muitos crentes consideram as doutrinas do Antigo Testamento – mais conservadoras – mais aceitáveis do que as apregoadas pelos textos do Novo Testamento – que trazem as “boas novas” da salvação pela graça, sem a necessidade de realização de sacrifícios pelo crente, já que os sacrifícios necessários teriam sido feitos por Jesus. Nossa percepção é a de que cristãos mais conservadores são mais favoráveis a mandamentos mais restritivos de suas liberdades de escolha e costumes. Pensamentos libertários não agradam a todos, criando nos não “progressistas” a possibilidade de aderir a narrativas conservadoras, como é o caso da TD.

Historicamente, temos na Reforma Protestante mudanças paradigmáticas naquilo que tange aos costumes e entendimentos acerca do ideário religioso de base cristã. Tal reforma apregoava e validava a livre interpretação da Bíblia sem a necessidade de intervenção de um sacerdote tal qual até então era entendido pelos ditames católicos, quando a figura do sacerdote/padre era central neste entendimento da fé. Seu lugar no campo dos afetos perderia o destaque até então bem marcado. Outro personagem surge como detentor de um discurso ideológico: o pastor. Poderíamos pensar que tal significante perpetua o que seu antecessor também representava? Padre/Pastor, quais são as representações ideológicas que estão por trás de tais signos? Sacerdócios que se distinguem ou que se conectam em alguma instância?

2. POR QUE OS EVANGÉLICOS SE INTERESSARAM PELA POLÍTICA

Segundo a socióloga Maria das Dores Campos Machado (2011), nas três últimas décadas o Brasil foi marcado por uma grande competitividade política pela crescente participação dos evangélicos nas disputas eleitorais. Essa participação expressiva tem articulações com diversos aspectos.

O primeiro deles está relacionado ao crescimento das igrejas neopentecostais e ao aumento de evangélicos. Inversamente, observa-se o declínio do número de católicos no Brasil². Tal crescimento consolidou uma representatividade desse nicho na política, via lideranças engendradas nesse meio, capazes de defender seus interesses, ampliando seus horizontes de atuação na saúde, na educação, no campo dos direitos humanos e na concessão de espaços nos canais de televisão etc.

Para Machado (2006), também as mídias eletrônicas são importantes dispositivos capazes de orientar opiniões políticas, promovendo debates, disseminação de ideias etc. Um exemplo de uso midiático é o programa “Show da Fé”, apresentado pelo pastor R.R. Soares, transmitido pelos canais Band, Rede Internacional de Televisão (RIT), Rede TV!, TV Guanandi (Band), SBT, Rede Massa (SBT) e Nossa Rádio. (Fonte: wikipedia.org).

Segundo Machado, os evangélicos são um grupo competitivo e capaz de transferir suas influências da esfera religiosa para a esfera política. A formação de lideranças, a socialização de fiéis e uma releitura de suas convicções políticas e de cidadania foram determinantes para essa participação política. O crescimento de representantes de comunidades confessionais pode aumentar o acirramento do debate sobre questões de direitos humanos, LGBTQIA+, e em pautas como a do aborto, dependendo do nível de conservadorismo desses grupos.

Em contrapartida, a participação religiosa na política e em todas as esferas sociais faz parte do compromisso expresso na Constituição Federal acerca do direito à liberdade religiosa. Para a autora, um bom caminho no que tange a religião e política seria a participação desses grupos na defesa de Direitos Humanos, ajudando a assegurar e manter a ordem social, a combater a desigualdade social etc. Uma terceira hipótese da inserção pentecostal na esfera pública seria para proteção da cultura tradicional cultivada pelo evangélico.

Em forte contradição com aquilo que se imaginaria dos evangélicos neopentecostais, partindo de uma pretensa necessidade de defesa da família, se coligaram às franjas mais reacionárias da direita brasileira, apoiando, em 2018, a candidatura de Jair Bolsonaro, e defendendo pautas neoconservadoras controversas, fictícias, que se propõem a “salvaguardar”

2 Os católicos representavam 89,2% em 1980, passaram a ser 83,3% da população em 1991 e 73,3% em 2000. Nesse mesmo período, os evangélicos que representavam 6,6% dos brasileiros em 1980 passaram para 9,0% em 1991 e 15,4% em 2000. (MACHADO, 2011, p.26).

o que nunca esteve ameaçado sob qualquer governo desde o fim da ditadura, como as liberdades religiosas e de expressão. Os líderes evangélicos defendem a vida desde a concepção (opondo-se radicalmente ao aborto), o *homeschooling*, ou seja, o direito de os pais educarem seus filhos conforme seus valores, a exclusão das questões de gênero da educação infanto-juvenil e a abstinência sexual como forma de combate à gravidez na adolescência. (MACHADO, 2021).

Não por acaso, surgem, no meio pentecostal, interpretações bíblicas tão questionáveis quanto seu próprio posicionamento político, como a Teologia da Prosperidade e a TD, esta, objeto de nosso estudo neste trabalho, a qual busca, essencialmente, a perpetuação e a elevação de sua ideologia religiosa ultraconservadora ao status de hegemonia.

Com relação ao pensamento dos eleitores nas últimas eleições, surge a hipótese da escolha de um líder que pudesse verbalizar o desejo de poder da TD e ao mesmo tempo assumir o papel de homem comum, do povo, muito mais do que a busca por um líder capacitado com atribuições suficientes para ocupar a posição de chefe de Estado. Nesse sentido, é emblemática a fala do pastor Silas Malafaia, ainda na campanha eleitoral de 2018, segundo a qual Deus escolhe as coisas vis, desprezíveis e de pouco valor para agir e operar milagres, justificando, assim, a ideia de que Jair Bolsonaro seria um enviado do Deus cristão. Para corroborar, podemos nos aproximar dos argumentos apresentados por Sigmund Freud acerca da alienação das massas como algo ligado à identificação. Freud coloca a questão nos seguintes termos:

Com frequência o líder necessita apenas possuir (...) atributos típicos desses indivíduos e dar a impressão de enorme força e liberdade libidinal; então vai ao seu encontro a necessidade de um forte chefe supremo, dotando-o de um poder tal que ele normalmente não poderia reivindicar. Os outros, cujo ideal de Eu, de outro modo, não se teria corporificado sem correções na sua pessoa, veem-se então arrebatados, isto é, por identificação. (FREUD, 2011, p.93).

O sujeito narcisicamente identificado com seu líder (que reflete o seu Ideal do Eu), vê nessa figura a amplificação de características que ele julga possuir ou que lhe faltam. Seria como se o sujeito ao olhar para o seu líder, estivesse se olhando num espelho, vendo nele o que mais ama em sua própria personalidade.

3. A TEOLOGIA DO DOMÍNIO

A Teologia do Domínio ou da Batalha Espiritual é um movimento norte americano fundado em 1955 por Donald Anderson McGavran (1897-1990), que foi um missionário e fundador da Escola de Missão Mundial no Seminário Teológico Fuller, e é conhecido por seu

trabalho relacionado à expansão da igreja por meio da conversão religiosa. Esse movimento espalhou-se pelo Brasil a partir dos anos 2000 e tem por objetivo que os cristãos possam reconstruir a nação atuando em todas as esferas sociais. Esse movimento é concomitante com a politização dos grupos pentecostais no Brasil, que, antes, acreditavam que deveriam assumir uma postura apolítica. Tal politização possui dois lados, a saber: um cristão não deve alienar-se das questões políticas, pois elas dizem respeito a todos os cidadãos. O lado obscuro dessa moeda se deixa ver justamente quando as pessoas são seduzidas pelo poder e se aliam a Teologias que Paulo, o apóstolo, adjetiva como “estranhas”. Estranhas, leia-se opostas ao ensinamento no Novo Testamento (a TD seria uma delas).

Tal como os racistas, que quase nunca se reconhecem como tal, dificilmente um adepto da TD assume que faz parte deste grupo. Porém, podemos identificar características nos discursos dos “Dominialistas” que, não raro, usam termos como Reconstrucionismo – apontando para a necessidade de reconstruir ou refundar a nação; Dominionismo e TD – referente ao domínio por meio da conquista dos “sete montes” ou a política, a economia, a educação, as artes, a mídia, os negócios, a família e a religião. Outras características desse grupo são: o nacionalismo exacerbado ou ultranacionalismo, largamente expresso em jargões como “*make America great again*” – lema de Donald Trump e o “*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.*” – lema de Jair Bolsonaro; a Supremacia religiosa ou Teonomia – que indica que a lei cristã do Antigo Testamento deve reger a sociedade, estando acima da Constituição. A Constituição deve refletir os princípios bíblicos³.

Há cristãos neopentecostais que defendem a pena de morte e armamento civil. Outros são nitidamente racistas, intolerantes religiosos e homofóbicos. Podemos citar vários exemplos, dentre eles, Donald Trump (EUA), Viktor Orbán (Hungria), Jair Bolsonaro (Brasil) e pastores brasileiros como Edir Macedo (IURD), Marcio Valadão (I. Batista da Lagoinha) e Tupirani da Hora Lores, preso em fevereiro de 2022, acusado de incitação ao crime de racismo, intolerância religiosa, homofobia e xenofobia. (O Globo, 2022).

Até o presente, não há uma farta literatura sobre o tema Teologia do Domínio, mas podemos citar o livro “A profecia das sete montanhas”, do norte-americano Johnny Enlow, e,

³Teologia Pé no Chão, Dr. Eliseu Pereira: [\(220\) Minicurso: O que é Teologia do Domínio? - YouTube](#)

no Brasil, as obras “Plano de Poder”, de Edir Macedo, e “Sete Montes”, escrito pelo apóstolo Fernando Guillen, da Igreja Batista da Lagoinha de MG, que faleceu aos 41 anos em fevereiro de 2021 após vencer a luta contra um câncer e testar positivo para Covid-19, sendo entubado no CTI (Estado de Minas, 2021). O livro de Guillen merece uma abordagem mais cuidadosa. Em sua obra, o apóstolo pretende “abrir os olhos” dos evangélicos sobre a importância de atuar nos Sete Montes ou sete alvos sociais que os adeptos dessa teologia pretendem conquistar e dominar, quais sejam: 1) Artes e Entretenimento; 2) Mídia e Comunicações; 3) Governo e Política; 4) Educação e Ciência; 5) Família; 6) Economia e Negócios e 7) Igreja e Religião.

Em seu livro, Guillen (2009) pede que os fiéis não descansem até que todos esses montes sejam conquistados. Sua teologia usa como base principal um texto do Antigo Testamento em que Deus, após criar o homem, diz que ele deve dominar toda a terra. “*Então disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra, ...*” (Gênesis 1:24). Esse texto, assim interpretado e utilizado, torna-se um instrumento perigoso que parece sugerir uma recomendação do Deus bíblico para que o homem exerça uma dominação sobre tudo e todos. O que o texto parece sugerir é que o homem assim o faça para seu próprio sustento. A proposta da TD é dominar tudo e todos, sem criar formas sustentáveis de convívio ambiental, numa visão em que a natureza e o meio ambiente aparecem como objetos de desfrute, desprovidos de qualquer dignidade. No convívio humano a dominação ideológica proposta pela TD desconsidera a alteridade, apagando possibilidades de escolha subjetiva. Outra questão ignorada por essa teologia é que os cristãos (católicos e protestantes) seguem como norma de fé e prática o Novo Testamento e que, nele, o Jesus bíblico ensinou não a dominar o semelhante, mas a considerar o outro como superior a si mesmo, como vemos na carta de Paulo aos Filipenses 2:3: “*Nada façais por contenda ou por vanglória, mas por humildade, cada um considere os outros superiores a si mesmo.*”. Dominar o outro, então, seria um ato narcisista, de avidez pelo poder e de desvalor ao outro, além de uma distorção bíblica.

Devido aos limites próprios de um trabalho de conclusão de curso, iremos abordar apenas três capítulos da obra de Guillen (2009), que equivalem a três montes, destacando, na exposição do autor, as estratégias traçadas para a dominação de cada um desses três montes.

4. MONTE DAS ARTES E ENTRETENIMENTO

Para Guillen (2009), este monte tem como foco todas as formas de manifestação artística: música, pintura, dança, fotografia, literatura, teatro, filmes, moda, design etc. Ele entende que as artes vêm sendo usadas pelas “forças das trevas”, e que elas, tais como se apresentam, corrompem gerações através de prazeres efêmeros e do entretenimento. A produção artística e cultural, sustenta Guillen, está contaminada pelo pecado e por princípios heteronormativos deturpados, e tais princípios devem ser resgatados a fim de garantir a continuidade da família “verdadeira”. O discurso teologal do autor reitera que: “*Vivemos em uma sociedade corrompida onde a imagem da família, da masculinidade e da feminilidade estão sendo apresentadas de forma negativa, temos que transformar essas questões buscando uma ‘cura’ para a sociedade.*” (Guillen, 2009, p.91). O autor discorre acerca deste pensamento afirmando que é preciso ter cuidado com o tipo de arte que consumimos, pois o que vemos pode nos conduzir ao caminho sem volta das trevas. De acordo com ele, as crianças teriam uma sensibilidade espiritual maior do que a dos adultos e grande parte da imaginação delas está inserida na capacidade espiritual. Guillen afirma que o “amigo imaginário” da criança seria um “espírito demoníaco” que atormenta a família através da própria criança. Além disso, entende que filmes, tais como “Harry Potter”, introduzem as crianças à bruxaria, bem como os desenhos animados que também trariam apelo sexual. Guillen (2009) entende que os pais precisam de orientação divina sobre como educar seus filhos, “*precisamos nos envolver de forma mais agressiva para recuperar as artes para o reino de Deus*”, afirma (p. 95).

A respeito da fantasia da criança, produto elaborativo da mente humana, e não aceito como algo natural por Guillen, vemos que na Teoria do Desenvolvimento Infantil do psicólogo suíço Jean Piaget (1896-1980), a criança desenvolve, a partir da fase pré-operacional (de dois a sete anos), além da linguagem, o seu repertório sensorial, e inicia a fase de simbolizações, trazendo situações cotidianas para o âmbito das brincadeiras. Nessa fase lúdica ela mistura fantasia com realidade, confundindo objetos com pessoas, criando uma visão animística, atribuindo características humanas a objetos, podendo falar sozinha ou com um desses objetos como se fossem pessoas. Essas características marcariam o início do caminho em direção ao desenvolvimento da criança. (RAPPAPORT; FIORI & DAVIS, 1981, p.66-75).

Para o psicanalista inglês Donald Winnicott (1896-1971), por sua vez, a fantasia seria um recurso do qual lançamos mão desde bebês para tolerar a falta ou situações de desamparo.

O bebê cria o objeto transicional, que é a primeira posse do Não-eu, onde ele reconhece o outro, situado fora dele. Um objeto transicional, seria um objeto investido de afeto, e poderia ser uma chupeta, o dedo que ele leva à boca ou mesmo um brinquedo de sua estima e convivência diária. Esse seria o início de uma relação de afeto com um objeto que simboliza o outro, tal processo faria parte da função fantasiosa da criança em uma fase intermediária entre fantasia e realidade. Conforme a criança se desenvolve, o objeto vai perdendo o sentido, e o investimento afetivo da criança é direcionado para outros objetos de seu mundo externo. Nessa fase poderia surgir um amigo imaginário, que logo seria esquecido. Esse fenômeno de transicionalidade, para Winnicott, seria parte essencial do desenvolvimento da criança, inclusive das brincadeiras. Com o passar dos anos, o sujeito ampliará sua visão de mundo, substituindo esses objetos transicionais pela arte, pela religião, pela música, por um fetiche, uma droga, um talismã etc, trocando de objetos ao longo da vida (WINNICOTT, 2000), ou seja, vive-se em experiências constantes de transição e de permanente transformação ao longo da vida.

As considerações teóricas destes dois intelectuais trazem elementos que podemos considerar antagônicas às teses de Guillen, que atribui a fantasia da criança a manifestações de espíritos demoníacos ou de bruxaria, tal qual apresentado como o pensamento preponderante que marcava a Idade Média, onde se configurava a dimensão do sagrado como algo ligado ao discurso do sacrifício, sob nuances do flagelo, inclusive. Alguns autores entendem que:

A Idade Média foi conhecida durante um tempo como a “Idade das Trevas”, um período de obscurantismo e ideias retrógradas, marcado pelo atraso econômico e político, pelas guerras religiosas e pelo monopólio restritivo da Igreja nos campos da educação e da cultura, sendo a fé, o único caminho a seguir. (MARCONDES, 2007. p.105).

Diante disso, seria razoável questionar se o que se entendemos como bruxaria, ao longo dos séculos, não teria sido um conjunto de práticas, exercidas essencialmente pelas mulheres, tidas como “demoníacas” por significativos extratos das classes dominantes. Vimos na teoria de Piaget que simbolizar faz parte do processo de desenvolvimento humano e que quando nos tornamos adultos não perdemos o direito à fantasia. Em Winnicott, sublinhamos que a fantasia acompanha o indivíduo durante toda a sua existência, sendo ela constituinte do pensamento e de nossas faculdades cognitivas.

A TD, como já dissemos, afirma que a bruxaria e o amigo imaginário seriam demoníacos. Tais considerações nos fazem avaliar o peso dessas palavras e, se as mesmas, não estão sendo empregadas com exagero, vistas pela ótica de um conjunto de crenças pessoais e de base religiosa. Voltando no tempo histórico, a literatura revela, ainda, que na Idade Média

as mulheres que dominavam o conhecimento sobre ervas medicinais, usadas para a cura de muitas doenças, eram vistas como bruxas e acusadas de tomar um lugar que cabia somente a Deus: curar males e doenças (SANTOS, 2022). Transportando esse problema para os dias atuais, vemos que o tratamento com ervas medicinais (e outras práticas), não só é reconhecido como também empregado no Sistema Único de Saúde (SUS), como terapias complementares através da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em saúde (PNPIC), criada em 2006⁴. É importante ressaltar que essas terapias não substituem o tratamento alopático, mas são associadas aos tratamentos convencionais. Dessa forma, algumas dessas práticas, antes vistas com descrédito, hoje estão sendo incorporadas como reconhecimento de um saber popular.

Ademais, quando os pais acusam uma criança de estar “atormentando a família”, através de um espírito maligno, estão cometendo um ato de violência contra seus filhos ou filhas. Segundo a psicóloga clínica Luiza Moura (2020), muitos pais, quando se sentem incapazes de se responsabilizar por seus impulsos, por suas emoções e por problemas do ambiente familiar, podem usar palavras acusatórias e até delirantes contra seus filhos. De forma equivocada, esses genitores transferem a responsabilidade de seus problemas para a criança. A acusação contra uma criança pode ser uma ação traumatogênica e devastadora, uma vez que a criança é vulnerável e dependente desses adultos. Quando a criança percebe que seus pais estão descontrolados ou são incapazes de lidar com problemas cotidianos, chegando a culpá-la pela desordem do lar, o ambiente familiar se torna ainda mais insuportável e desolador.

Nesse contexto de “confusão de línguas”, resta à criança absolver o seu acusador/agressor, assumindo a culpa pelo problema familiar, em uma tentativa de tornar sua sobrevivência possível. Porém, de acordo com Moura (2020), reside aqui o risco de a criança, mais tarde, tornar-se vítima de uma nova “confusão de línguas”, submetendo-se a outros abusadores, seja em uma tentativa de reparação ou na ilusão de, numa nova configuração do presente, reparar o passado, ainda que por uma questão de sobrevivência.

5. MONTE DAS MÍDIAS E COMUNICAÇÕES

4 Portal Ministério da Saúde: www.saude.gov.br

O monte das mídias diz respeito às notícias veiculadas na internet, em revistas, na televisão e demais meios audiovisuais. Segundo Guillen (2009), tudo aquilo que atrai a atenção da sociedade e tem o poder de influenciá-la, podendo causar mudanças de posicionamentos político e cultural das massas, estariam presentes nesta esfera e pertenceriam a esse monte. Para ele, Satanás age através das mídias fazendo uso de crises para gerar medo no povo incauto e sem Deus em suas vidas diárias.

As mídias são veículos que tanto podem ser usados para a expansão do Reino de Deus como para a propaganda do império das trevas. Guillen (2009) defende uma espécie de censura às práticas e discursos da mídia:

De 1933 a 1966, a igreja influenciou a comunicação que fluía de Hollywood. ...os roteiros eram lidos pelo Escritório Protestante de Filmes. Durante esse período, não havia sexo, violência ou blasfêmia dos filmes... Em sua maioria, os filmes e os programas de televisão comunicavam a verdade... Após os anos 60 a Legião da Decência deixou de aprovar os roteiros de Hollywood... Em 1968 foi abolido o Código de Conduta... Os roteiros hoje são lidos pelos homossexuais, feministas e marxistas, mas não pelos cristãos. Esses grupos premiam filmes que comunicam seu ponto de vista e condenam os que discordam. ...uma rede de televisão teve que refilmar e reeditar um filme para que ele não ofendesse a Aliança dos Artistas Gays e Lésbicas. (McDOWELL e BELILES, 2005. p.161-163 *apud* GUILLEN, 2009, p.138-139).

A mídia possibilita, segundo tais autores, a propagação de uma agenda mundial (muitas vezes chamado de globalismo) por meio da qual o diabo se utilizaria desses recursos para fazer circular espíritos de trevas através das ondas eletromagnéticas, causando enfermidades geradas pelo estresse das más notícias. Por isso, os cristãos deveriam se apoderar dos veículos de informação para propagar a palavra de Deus.

O contexto apresentado por Guillen (2009), a partir de sua leitura dos líderes religiosos estadunidenses, nos leva a refletir sobre dois temas importantes, que afetam diretamente as liberdades individuais e as escolhas coletivas, e que são faces da mesma moeda: a censura e a exclusão. As palavras do autor e a citação feita por ele, comparando o período em que a comunicação era controlada por uma “Legião da Decência”, que excluía da programação o que julgava ser indecente, estão carregadas de conteúdo discriminatório contra grupos LGBTQIA+, além de fazerem apologia da censura.

No Brasil, a censura, seja nas mídias, na literatura, assim como nas artes, foi um dispositivo usado durante a ditadura militar, que durou desde o golpe de Estado de 1964 até 1985 (KRAUSE, 2016. p.122). Poderíamos pensar que tal atitude seria adotada somente por governos autoritários com o objetivo de controlar o que deve ou não ser divulgado para manejar as informações e fortalecer as ideias dominantes? Em 1988, a Constituição Federal Brasileira

passou a garantir a proibição da censura⁵ de qualquer natureza, com o intuito de promover a redemocratização no país, conforme segue no Artigo 220 da CF/88: *“A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observando o dispositivo nesta Constituição. §2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.”*

A TD e seus defensores parecem desejar o retorno de regimes autoritários, castradores e cerceadores das liberdades alheias, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, abraçam, junto aos políticos da extrema-direita, um discurso irresponsável de defesa das liberdades individuais, que desaguam no direito de não tomar vacina, por exemplo, e na incapacidade de distinguir o crime da liberdade de expressão. Seus argumentos apresentam princípios cujo alvo é a ocupação de posições de poder, a partir das quais podem estabelecer regras a seus subordinados, mediante a posse *“dos veículos de comunicação para propagar a palavra de Deus”*, e no caso em tela, apenas o Deus, ao qual creem. Assim, excluiriam, segundo a CF/88, o direito de *“manifestação de pensamento”* dos que possuem outras crenças e dos que não possuem. Além disso, sua narrativa demonstra não reconhecer o direito de manifestação de outros grupos, tais como os LGBTQIA+.

Refletindo ainda sobre a noção de exclusão, presente na mídia e nas narrativas políticas, constatamos que esse tema tornou-se parte do cotidiano. Segundo a socióloga Mariangela Wanderley (2014), a exclusão é o destino de muitos grupos humanos em todo o mundo, como resultado de controles impostos, e isso também se aplica tanto à censura quanto aos direitos de grupos LGBTQIA+, além da desigualdade promovida por estruturas econômicas desfavoráveis aos mais vulneráveis, provocando rupturas do vínculo social.

Segundo Wanderley (2014), a exclusão é um processo tão vasto que é quase inviável delimitá-lo, porém propõe ela um recorte ocidental para explicar o conceito de exclusão: *“Excluídos são todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos, de nossos valores.”* (p.18). Os excluídos, então, são rejeitados em aspectos diversos, podendo essa exclusão ser no aspecto físico, geográfico, material, espiritual, de valores e de cultura, quando um ou mais desses aspectos não são reconhecidos.

5 O Decreto-Lei nº 23/2014 determina que estão sujeitos a classificação etária os espetáculos de natureza artística, e a classificação etária das obras culturais é da competência da Inspeção-Geral das Atividades Culturais- IGAC, que se norteia pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Isto se aplica amplamente à TD., que admite apenas uma única ideia de divindade, a cristã, sobretudo, a de base protestante/evangélica, e propõe modos autoritários na política e na religião, o que exclui uma grande parcela da população em toda sua diversidade, riqueza espiritual, cultural etc. Quanto às demais religiões e culturas não consideradas pela TD, haveria um apagamento (cultural, religioso, histórico, geográfico) incalculável. Wanderley (2014) afirma que a exclusão provoca a desfiliação, que é a ausência de inscrição do sujeito em estruturas que fazem sentido para ele, e a apartação social, que é o processo pelo qual o sujeito é denominado como um ser à parte (um não semelhante), expulso do gênero humano, em uma forma esmagadora de intolerância social. Quando o sujeito não se sente parte da sociedade e se vê excluído ou marginalizado, há um rompimento dos laços sociais e conseqüentemente uma privação do seu poder de ação e de representação, o que interfere diretamente na democracia, sendo a exclusão um fenômeno multidimensional. O sujeito excluído está vulnerável e fragilizado em seus vínculos (religioso, familiar, social), o que poderá engendrar isolamento e solidão.

Outra face da exclusão, revelada por Wanderley, é a resignação, representada pela aceitação do que lhe é imposto, quando o social e o histórico deixam de sê-lo, passando a ser encarados como fenômenos naturais e, portanto, como realidades que não podem ser transformadas. O mecanismo da exclusão reforça o lugar dos que estão no poder e impede as classes subalternas de resistir à imposição de regras e práticas que contrariam seus interesses mais elementares, criando, assim, uma espécie de paralisia social, dentro da qual os indivíduos são forçados a lidar com os mais graves problemas e dificuldades isoladamente, como se a sociedade fosse uma grande quimera. Vale à pena recordar, aqui, o famoso dito atribuído à ex-Primeira-Ministra britânica, Margareth Thatcher, segundo o qual o que de fato existem são indivíduos e famílias, e não essa coisa chamada sociedade.

6. MONTE DA ECONOMIA E NEGÓCIOS

Segundo Guillen, o monte da economia tem como foco nada menos que o sistema econômico mundial, ou seja, o capitalismo global, onde a economia, palavra de origem do latim *oconomia* cujo significado é a arte de bem administrar uma casa ou um estabelecimento, deve ser compreendida de uma forma mais ampla, a partir de sua política e suas ideologias. Guillen (2009) cita diversas quebras do sistema econômico na linha do tempo que, segundo ele, foram geradas pelo capitalismo, assim como inúmeras crises nos séculos XX e XXI, provocando o

aumento do desemprego, da inflação etc. Ele acredita que tais crises, somadas ao aumento da pobreza mundial, levarão à quebra do capitalismo e ao surgimento de um novo sistema econômico, que em seu entendimento teria como base a “Economia Cristã” ou a “Reconstrução do Monte da Economia e Negócios”.

Economia Cristã, segundo Guillen (2009), é a ciência que estuda a implementação de princípios bíblicos na produção, na distribuição e no consumo de bens e serviços. Para ele, assim que os princípios bíblicos forem implantados surgirá um autogoverno constituído de pessoas íntegras, que poupam e investem para deixar uma boa herança para seus filhos, gerando uma economia próspera, sob a égide dos princípios da Teologia da Prosperidade. Nos discursos da TD, pode-se observar o pensamento que inclui, por exemplo, a ideia de uma certa autonomia financeira, onde ser autônomo implica um movimento a ser seguido pelo sujeito servil aos preceitos religiosos, a ponto de, quando chegar a época da aposentadoria, o trabalhador seja autossuficiente e não precise depender do Estado, vivendo de seus próprios recursos. Tal observância é valorizada e tida em referência aos indivíduos orientados segundo os ditames teológicos.

Guillen (2009) cita um estudo realizado por Greg Anthony (*Biblical Economics*, 1988), afirmando que países cristãos, de cunho protestante, tinham renda *per capita* maior do que os não-cristãos. Para ele, a razão das condições de miserabilidade dessas nações não-cristãs estaria ligada a espiritualidade exercida, e o estado econômico de um país depende de ter a fé direcionada somente ao Deus do Cristianismo.

O objetivo principal desse monte é a implantação da economia cristã e a restauração da adoração a Deus como algo essencial, fazendo dos cristãos verdadeiros adoradores, capazes de exercer as mais complexas atividades com excelência, onde “*a chave para a prosperidade é a fidelidade à Deus.*” (p.200). Ou seria a fidelidade ao trabalho?

Na concepção do sociólogo alemão Max Weber (1864–1920), o cristianismo de base protestante é uma religião promotora da racionalização, que valoriza, acima de tudo, as “virtudes do trabalho” ou “ética do trabalho”. O desencantamento do mundo estava ligado ao abandono de crenças e superstições admitidas no catolicismo e nos modos de vida tradicionais (pré-capitalistas), à superação do misticismo, enfim, à vida baseada nos cálculos da razão instrumental, na previsão, e nas produções científicas.

Para Weber (2016), o protestantismo, de modo não premeditado, pavimentou o caminho para o capitalismo, mediante o incentivo a que o crente tivesse uma conduta ética não somente perante a religião, mas também ao trabalho. Uma característica marcante do protestantismo frente ao trabalho era a técnica, fazendo parte do que chamava de “espírito capitalista”. Articulado a isso surge uma ética de vida onde a dedicação ao trabalho e a busca de prosperidade eram consideradas como um dever moral para o crente, o que implicava em assumir um caráter disciplinado, racional, de negação aos vícios e às paixões carnis, voltando-se exclusivamente ao desempenho no trabalho como um reflexo do comportamento religioso.

O desenvolvimento econômico do crente, para Weber (2016), era resultado deste comportamento metódico que levaria o protestante a alcançar a prosperidade econômica. Desse modo, a Reforma Protestante não significou o fim do domínio eclesiástico construído pelo catolicismo, mas, sim, a substituição de um regime por outro, que interferiria muito mais e em todas as instâncias da vida individual e social. Na formação do “espírito capitalista”, segundo Weber (2016), o vínculo criado com o real é mercantilizado, ou seja, a vida era o trabalho e o trabalho era a vida. Ademais, a visão do trabalho é equiparada a um vínculo vitorioso com Deus, gerando, assim, uma sacralização do trabalho, onde a prosperidade é vista como graça concedida por Deus em decorrência da dedicação impecável do sujeito ao trabalho. Servir ao chefe, ou ao senhor, era análogo a servir a Deus.

É importante ressaltar que, com a Reforma, os protestantes não previram a criação do capitalismo, essa aliança foi uma consequência não antecipada deste processo. Segundo Weber: “*o capitalismo existiu na China, na Índia, na Babilônia, no mundo antigo e na Idade Média. Mas em todos esses casos, como devemos ver, esse ethos particular esteve ausente.*” (p.53). O protestantismo acabou por fazer do capitalismo um estilo de vida, como explica Weber:

De fato, o *summum bonum* (bem maior) dessa ética, a aquisição de mais e mais dinheiro, combinada com uma dura aversão a todo o desfrute espontâneo da vida, que é sobretudo completamente isento de qualquer hedonismo, é pensado tão puramente em um fim em si mesmo que, do ponto de vista da felicidade do indivíduo, ou da utilidade para ele, aparece para ele como inteiramente transcendental e absolutamente irracional. O homem é dominado pelo ganho do dinheiro, pela aquisição como o último propósito de vida. A aquisição econômica não se encontra mais subordinada ao homem como meio de satisfação de suas carências materiais. (WEBER, 2016, p.54).

Nesse ponto, segundo Weber (2016), ocorre uma inversão na relação natural. O homem que deveria dominar a economia passou a ser dominado por ela, e o patrimonialismo passou a ser o “último propósito da vida” do sujeito. O destino havia fugido do controle e se voltado

contra o homem, deste pensamento reside a origem da teoria do desencantamento do mundo citado anteriormente.

As mudanças religiosas ocorridas nos países cristãos, de base protestante, formataram o comportamento do homem em todos os âmbitos de suas relações. Essa estrutura comportamental de honestidade, de dedicação metódica ao trabalho, de negação ao ócio e ao lazer, transformam as relações em “negócio” (palavra que vem do latim *negotio* e que significa a negação do ócio), equiparando a condução da vida à administração de uma empresa, dando origem, a partir daí, a três principais formas de racionalidade: o capitalismo, a burocracia e a ciência moderna, que se apoiaram, segundo Weber (2016), nas mudanças religiosas.

Para o sociólogo alemão, são muitas as semelhanças entre o comportamento capitalista e o protestante. Ao mesmo tempo em que o desencantamento do mundo criou sociedades modernas, ele também gerou à burocracia moderna, – a “jaula de ferro” - que tanto sufoca as relações sociais, precisamente porque inibe as ações espontâneas dos indivíduos entre si.

Esse monte, descrito por Guillen (2009), traz uma estreita articulação com a Teologia da Prosperidade, onde é apresentada ao indivíduo a necessidade de expressar sua fé em forma de contribuições para que, em troca, ele receba a graça divina na forma de bens materiais, curas, milagres etc., isto é, uma fé utilitária. Não estariam elas, próximas às indulgências católicas da Idade Média, agora travestidas por outros princípios? Em alguns casos, o fiel poderia ser tratado como um consumidor e a igreja, como uma prestadora de serviço.

A revista Super Interessante (2004) relata que, em novembro de 2003, um fiel de uma igreja evangélica neopentecostal foi a um conhecido programa, da televisão brasileira, pedir a devolução de seus dízimos, argumentando que o pastor lhe prometeu prosperidade em troca das doações à igreja, mas que não houve melhoras em sua vida. O fiel compareceu no programa assumindo a posição de um consumidor lesado.

Outra articulação, fundamental no contexto da TD, é sua ligação medular com o neoliberalismo econômico, que vende a crença de que todo o indivíduo tem condições de saber o que é preciso fazer para conseguir o que quer, assim como a ideia de que “querer é poder”, como se a igualdade formal fosse suficiente para uma sociedade se tornar próspera e desenvolvida. O indivíduo, deixado à própria sorte, torna-se gestor ou empresário de si mesmo, responsável único por seus êxitos e fracassos. Em torno desta ideologia, as pessoas passam a

acreditar que são empreendedoras, ou seja, “empresários de sua própria vida”, passando a exigir muito mais de si mesmos, como se todos tivessem os mesmos direitos e possibilidades iguais desde o nascimento. Tais pressupostos, no final das contas, parecem lançar uma nova e perversa modalidade de auto exploração, algo ainda mais radical e nefasto do que a exploração das massas trabalhadoras sob o capitalismo fordista. A TD é a teologia do ser humano desprovido de laços sociais, ávido por conquistas materiais e largado no mundo diante de um espelho.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sociólogo britânico Nikolas Rose, no texto “A psicologia como uma ciência social” (2008), assinala que a psicologia nasceu não somente com a função de engendrar um ajustamento do corpo, mas também da necessidade de ajustar o comportamento humano, no caso, a partir de uma das suas escolas, ou seja, o Behaviorismo. Assim, tendo ou não consciência disso, a psicologia passou a ser um instrumento do capitalismo neoliberal, parte do processo de homogeneização social sem precedentes que caracteriza o capitalismo pós-moderno⁶.

Nesta mesma esteira, também observamos, nas religiões e no marketing político, o uso dos atributos discursivos teóricos e práticos da psicologia como mais um recurso para fins ideológicos que melhor os sirvam. No campo da religião, por exemplo, muitos líderes religiosos, tais como pastoras e pastores protestantes, buscando a formação em psicologia, veriam nesta um instrumento de repertório linguístico? Poder? Vaidade? Ideologia?

Algumas pessoas que se apresentam como psicólogos religiosos tentaram usar ferramentas da psicologia a serviço de suas crenças morais, implantando, por exemplo, a cura gay, o que é vedado conforme o disposto no Código de Ética Profissional do Psicólogo. Tal prática fere princípios caros para a formação e atuação em psicologia. O Código de Ética expressa que induzir a convicções pessoais, tal como de orientação ideológica ou religiosa, não condiz com a atuação profissional. Não cabe a qualquer profissional da psicologia inculcar qualquer ideologia pessoal ao paciente de forma a “orientá-lo” ou induzi-lo a seguir a moral, os valores, e as verdades que assim julgar mais corretas.

6 Para uma abrangente avaliação da pós-modernidade, ver: HARVEY, David. “Condições pós-moderna”. SP. Edições Loyola, 2005; e JAMESON, Frederic. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio”. Editora Ática, 2006.

Este trabalho se propôs a expor questões de um cotidiano marcado, em determinados momentos, pelo desrespeito às diferenças naquilo que tange o universo do sagrado, no qual, por exemplo, a ideologia de aniquilamento de outros saberes também se torna presente, como o que vimos na prática dos “montes conquistados”. No “narcisismo das pequenas diferenças”, Freud aponta a necessidade de se expurgar quaisquer saberes que interfiram na manutenção de códigos morais. Os discursos ideológicos aqui estudados se apregoam como legítimos, assim devendo ser seguidos como condutas pelos fiéis e, num plano maior, conquistar toda a sociedade como única garantia de vida, baseada nos dogmas do cristianismo. A psicologia se tornou ou se tornará mais uma base para tais explorações? Na contemporaneidade, ela será aliada para a manutenção e construção de novos servos para novos senhores?

Por fim, citamos um poema de Manoel de Barros que expressa o desejo de liberdade, na esperança de um existir que possa ir além dos padrões sociais já conhecidos:

...Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que compra pão às 6h da tarde, que vai lá fora, que aponta o lápis, que vê a uva etc etc. Perdoai. Mas preciso ser Outros. (Manoel de Barros, 1998, p.79).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Manoel. **Retrato do artista quando coisa**. Rio de Janeiro. Editora Record, 1998.
- Bíblia Sagrada** com concordância – Antigo e Novo Testamento – Tradução: João Ferreira de Almeida – NVI – Editora Vida. 1990.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2ª Edição. São Paulo. Editora Brasiliense, 1981.
- CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO**. CRF. Brasília, Agosto de 2005.
- COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia do. **Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder**. 2018.
- Constituição da República Federativa do Brasil**. 54ª ed. Editora Saraiva, 2017.
- FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão**. (1927)2ª ed. Porto Alegre. Editora LPM, 2019.
- FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos**. (1920-1923) Obras completas v.15. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2011.
- GALLO, Fernanda Vendramini. **A teologia da prosperidade na Igreja Universal do Reino de Deus**. Universidade Estadual de Londrina. PR, 2011.

GRINBERG, Lúcia; ARAÚJO, M. P. Nascimento; QUADRAT, Samantha. **50 anos do golpe – Debates discentes. Ditadura e cultura.** KRAUSE, K. (p.122). Niterói-RJ. PPG História-UFF, 2016.

GUILLEN, Fernando. **Sete Montes.** 1ª Edição. Brasil. Editora Sete Montes, 2009.

GWERCMAN, S. **Evangélicos: quem são eles, por que crescem tanto, o que essa expansão significa para o futuro do Brasil e do mundo.** Super Interessante. Brasil. Edição 197. P. 52-61. Fevereiro, 2004.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: O que é o esclarecimento?** P.3,1783.

LIMA, D. **Covid-19: Morre Fernando Guillen, pastor da Igreja Batista da Lagoinha.** Estado de Minas. MG – 18, fev, 2021. Disponível em: [COVID-19: morre Fernando Guillen, pastor da Igreja Batista da Lagoinha - Gerais - Estado de Minas](#). Acesso em: 04 mar. 2022.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº7. Brasília. P. 25-54. Abril, 2011.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Aula 4 – As religiões cristãs e as disputas pela hegemonia cultural no Brasil contemporâneo.** Ago. 2021. Disponível em: [\(189\) Aula 4 - As religiões cristãs e as disputas pela hegemonia cultural no Brasil contemporâneo - YouTube](#). Acesso em: 10 jan. 2022.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições.** Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia dos pré-Socráticos a Wittgenstein.** 2ª ed. Ver. Ampl. P. 105. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2007.

MOURA, Luiza. **Ferenczi e Winnicott: análise de adultos na língua da infância.** 3ª ed. Belo Horizonte. Editora Artesã, 2020.

Pastor conhecido por discurso de ódio contra judeus e gays é preso pela Polícia Federal no Rio. O Globo. RJ – 24, fev, 2022. Disponível em: [Pastor conhecido por discurso de ódio contra judeus e gays é preso pela Polícia Federal no Rio - Jornal O Globo](#). Acesso em: 24 mar. 2022.

RAPPAPORT, Clara Regina; FIORI, Wagner da Rocha; DAVIS, Cláudia. **Psicologia do Desenvolvimento.** Capítulo 3. Volume 1. São Paulo. Editora EPU, 1981.

ROSE, Nikolas. **Psicologia como uma ciência social.** Psicologia & Sociedade. n.20. P.155-164, 2008.

SANTOS, F. B. dos. **Bruzas e o poder simbólico.** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historia/bruzas.htm>. Acesso em: 08 abr. 2022.

SAWAIA, Bader; WANDERLEY, MariangelaBelfiore. **As artimanhas da exclusão:Refletindo sobre a noção de exclusão.** 14ª ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2014.

VASCONCELOS, Edjar Dias de. **A ideologia da Teologia do Domínio**. Disponível em: (189) A ideologia da Teologia do domínio. - YouTube. Acesso em: 21 abr. 2022.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo. Editora Martin Claret, 2016.

WINNICOTT, Donald Woods. **Da pediatria à psicanálise**. Objetos Transicionais e Fenômenos Transicionais (1951). Rio de Janeiro. Editora Imago, 2000.